



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures]*

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE  
2014**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dezassete horas e trinta minutos teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Antes da discussão da ordem do dia foi, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposto um aditamento à ordem de trabalhos do II -Período da ordem do dia com a introdução de um novo ponto que passa a ter a pontuação dois ponto nove, o qual mereceu a anuência de todos os membros presentes da Assembleia Municipal .

**I- Período de antes da ordem do dia**

**II-Período da ordem do dia**

- 2.1. Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2013;
- 2.2. informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
- 2.3. DGAL – Município de Santa Comba Dão. Apreciação técnica dos documentos previsionais de 2014 (PAEL) = Conhecimento;
- 2.4. Conselho Municipal de Segurança = Aprovação do regulamento provisório;
- 2.5. Conselho Municipal de Segurança = Indicação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade (alínea K. do artº 4º do regulamento), por cada grupo parlamentar;
- 2.6. Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2014 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões / conhecimento;
- 2.7. Câmara Municipal de Elvas – Moção “No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos”;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**2.8. Apreciação do 7º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro - 31 de dezembro de 2013;**

**2.9. Proposta – Modalidade de convocatória dos deputados da Assembleia Municipal.**

**III- Período para intervenção e esclarecimento ao público**

Presidiu aos trabalhos o Senhor Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores Deputados António José Brito Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Carla Maria Pereira de Sousa, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Andrea de Oliveira M. F. Mendes Saldanha, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques.

Verificou-se a ausência do senhor deputado Luís Miguel Ferreira Marques, cuja falta foi justificada. O Presidente da União de Freguesias Óvoa/Vimieiro, José Rui Batista Alves Ferreira, foi representado pela senhora Maria Isabel Ferraz Antunes, Tesoureira desta União de Freguesias.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados António José Correia, Edite da Conceição Alves Cruz, Tiago Rafael Rodrigues Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Luís Artur Loureiro Pereira e Marco Paulo Antunes Varela. Dada a palavra ao Sr. Deputado António José Correia este começou por agradecer o adiamento da reunião da Assembleia Municipal, devido a compromissos partidários de alguns elementos da sua bancada parlamentar. Em seguida, propôs um voto de pesar pelo falecimento do pai do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Prof. Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, constante do anexo n.º1 desta ata que dela faz parte integrante. O Senhor Deputado António José Correia referiu também em relação aos documentos recebidos para a sessão da Assembleia Municipal que os mesmos fossem facultados em tempo útil, pois tinham recebido



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informações muito sobre a hora e não houve tempo de as analisar. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que a documentação a que se refere foi objeto de apreciação e aprovação na reunião da Câmara Municipal do passado dia 25 de Fevereiro, que por ter acabado tardiamente, não foi possível colocá-la, nesse mesmo dia, no portal, por esse motivo essa informação só ficou disponível no dia seguinte no site. Informou ainda que a página do Município esteve indisponível, desde a noite anterior, dia vinte sete de fevereiro, por problemas do servidor em que está alojado e alheios à Câmara Municipal.

De seguida interveio a Sra. Deputada Edite da Conceição Alves Cruz, que disse que atendendo ao contexto socioeconómico atual, ter-se-ão de rever procedimentos e escutar, quem sente na pele as dificuldades de manter aberto ao público um pequeno estabelecimento comercial, construído, ou não, com o trabalho de uma vida. Mais disse que se vive um período de grandes dificuldades para o comércio tradicional e que Santa Comba Dão não é exceção e que é nesta senda que a Bancada Parlamentar do Partido Socialista solicita ao Sr. Presidente da Câmara que providencie as medidas necessárias para abrir o trânsito na Rua Alexandre Herculano, tal como impera a vontade dos comerciantes. De seguida, reportou-se à casa do estadista, Prof. Doutor Oliveira Salazar, para dizer que, numa altura em que se voltou a falar da casa de Oliveira Salazar, em que foi possível visualizar títulos de notícias como “mau tempo arrasa com casa de Salazar”, sendo novamente ouvido o burburinho à volta do assunto, quer na praça pública, quer nas redes sociais, não seria despidendo, nesta assembleia, que fosse dada alguma explicação. Mais disse que, como consta de atas anteriores, o Executivo Camarário anterior alimentou as expectativas à população, prometendo mundos e fundos a este propósito e que não se pense agora que é este Executivo que quer interromper essa vontade e que não foi deixada margem orçamental para o prosseguir. Nesta senda, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se o presente Executivo pretende dar continuidade ao desenvolvimento do projeto do Centro de Estudos acerca daquilo que foi o Estado Novo, tal como sempre foi defendido pelo Partido Socialista nesta assembleia, recorrendo sempre a fundos de participação comunitária.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Tiago Rafael Rodrigues Costa, que se congratulou, em nome da Juventude Socialista, por as sessões, nesta nova legislatura, acontecerem em horário pós-laboral. Em seguida, referiu-se à situação das finanças públicas concelhias para dizer que não é uma situação degradante, mas sim uma situação desastrosa, por muito que os anteriores dirigentes o neguem, o crédito na população já há muito o perderam. Referiu, ainda, que na praça pública a preocupação pelo estado das finanças municipais é uma



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
CÂMARA MUNICIPAL  
Contribuinte N.º 506 637 441

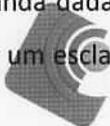
*[Handwritten signature]*

constante, e que se diz que a Câmara Municipal viu o antigo quartel da GNR penhorado, a escola primária de Óvoa, o Mercado Municipal, e sabe-se lá o que aí virá. Continuou, a sua intervenção dizendo que de facto, é muito bonito – principalmente em ano de eleições – fazer inaugurações. Tudo tem custos, os quais têm que ser suportados de alguma forma. Devemos sempre pensar que atrás da imagem dos fornecedores estão pessoas, com famílias, com encargos diários, que passam por dificuldades por não verem o seu trabalho ser pago. E a situação financeira já teve repercussões práticas: os nossos credores viram-se obrigados a instaurar contra o nosso município procedimentos de injunções, para poderem ver os créditos satisfeitos. A verdade é que quem trabalha quer receber por isso. De uma forma simplista, podemos dizer que “ a injunção é um procedimento que permite a um credor de uma dívida ter um documento (a que se chama título executivo) que lhe possibilita recorrer a um processo de execução para recuperar junto do devedor o montante que este lhe deve. Após a apresentação do requerimento de injunção pelo credor, o devedor é notificado desse requerimento e, se não se opuser ao mesmo, é emitido o referido título executivo – à injunção é-lhe aposta fórmula executória. Significa isto que um requerimento de injunção em relação ao qual não houve oposição tem tanta força em matéria de execuções como uma sentença condenatória de um tribunal. A partir daqui é muito fácil que os nossos credores consigam penhorar os bens camarários.” Neste contexto, pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente, concluindo a sua intervenção dizendo que todos sabem que, em tão pouco tempo no cargo, seria impossível o atual Presidente da Câmara ser responsável por essas penhoras e que todos sabem bem quem são, realçando que seria importante esclarecer os deputados e o restante público aqui presente da dimensão alarmante com que se deparam no dia a dia.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Pereira Rodrigues, mencionando que foi anunciado há mais de um ano e meio que o Balcão Único iria funcionar e que foram gastos dinheiros na Casa dos Arcos para esse fim e que, neste momento, essas instalações não estão a ser utilizadas, e esses serviços estão a funcionar no edifício dos Serviços Técnicos da Câmara, pelo que pede ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento sobre o destino que será dado ao espaço que estava previsto funcionar o Balcão Único, conforme anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Loureiro Pereira que questionou sobre o estado do processo de criação do Centro Municipal de Marcha e Corrida e, felicitou o Executivo pela continuação da realização das caminhadas.

Foi ainda dada a palavra ao Sr. Deputado Marco Paulo Antunes Varela, cuja intervenção teve por fim pedir um esclarecimento sobre o Saneamento Financeiro com referência a alguns dos temas debatidos





MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na última assembleia municipal, designadamente, sobre a Estabilidade Orçamental do Município de Santa Comba Dão, a aplicabilidade da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso no contexto de “desequilíbrio financeiro estrutural”, assim questionou : “ 1º- volvidos + 60 dias, qual a metodologia negociada com as entidades que tutelam o município, designadamente CCDRC e DGAL? “ E suas orientações?; 2º - Relativamente ao Reequilíbrio Financeiro: 950.000€, qual a explicação fundamentada da CGD, sobre a alteração do plano de pagamentos de juros, imputados às prestações já vencidas e acordadas entre 18/08/2013 e 18/09/2013, cujo capital/amortizado foi previamente depositado pelo município, em conta aberta e acordada com a CGD? 3º- Qual o nível de retenções financeiras, recaem atualmente ao município via DGAL?; Por último, se o município já remeteu à DGAL alguma listagem para afetação do FRM – Fundo de regularização municipal e, caso tenham enviado, qual o critério de seleção das despesas?

No final das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento do pai do anterior Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Prof. Doutor Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo esta sido aprovado por unanimidade.

Para responder às intervenções dos Senhores Deputados foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer ao Senhor Deputado António José Correia que, em relação à documentação substituída desconhecia o facto. Quanto à documentação ter sido entregue muito próximo da sessão da Assembleia Municipal, deveu-se ao facto da reunião de Câmara Municipal, no dia vinte e cinco de fevereiro, ter terminado tardiamente. Em relação à intervenção da Sra. Deputada Edite da Conceição Alves da Cruz, respondeu que a abertura da referida rua está a ser estudada pelos serviços técnicos em virtude de já existirem vários pedidos sobre a sua abertura. Quanto à casa do Doutor Oliveira Salazar os estragos referiram-se à queda de meia dúzia de telhas. No que diz respeito ao projeto do Centro de Estudos do Estado Novo não está esquecido mas a forma como irá funcionar terá de ser bem estudada e programada. Respondendo ao Sr. Deputado Joaquim Rodrigues esclareceu que os serviços do Balcão Único funcionam no rés do chão dos serviços técnicos, onde funcionam os serviços de obras particulares. Mais disse que o Balcão Único de prestação de serviços da Câmara Municipal levava à deslocalização de funcionários para outro local para prestar os mesmos serviços que já eram fornecidos nos espaços do Município e que havia a ideia de que seriam fornecidos novos serviços, quando na realidade isso não ia acontecer. A energia que aí era gasta era ilegal e a EDP desligou-a, além de outros custos que se iriam duplicar inutilmente. Por outro lado a CIM sugeriu que



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures and initials]*

estes serviços deveriam estar concentrados noutros serviços e não ali, pois não era uma mais valia. Foram investidos umas centenas de milhares de euros, nessas instalações. Referiu que terá de ser encontrada uma nova funcionalidade para aquele espaço. Respondendo à intervenção do Sr. Deputado Luís Artur Loureiro Pereira o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Centro de Marcha e Corrida está a decorrer e que o Sr. Vereador João Tomás, que tem o Pelouro do Desporto, teve uma reunião com o Sr. Diretor Regional da Juventude e Desporto e em colaboração com as Juntas de Freguesia e a APDEF irão ser retomadas as caminhadas em cada uma das freguesias do concelho, dizendo ainda que estão a ser criadas brochuras, destinadas a fornecer a cada participante, devidamente elucidativas do benefício do exercício e das opções de caminhadas/marchas pelo concelho. Ao Sr. Deputado Marco Varela respondeu que não houve comunicação escrita da DGAL e CCDR, e que a jurista da CCDR disse não ser possível elaborar à posterior esse plano de pagamentos em atraso.

Em relação à questão solicitada na última sessão sobre o número de funcionários da APPACDM o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que são cerca de vinte e que a Câmara Municipal está a colaborar na utilização das piscinas municipais e no transporte de alguns utentes do Centro de Dia. Disse ainda que a dívida para com a APPACDM se viu aumentada com o valor dos juros.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Deputado António José Correia pediu a palavra para dizer que o facto de receber a documentação em suporte de papel é a forma que considera como oficial e se for adicionada mais informação esta deve ser enviada por e-mail ou telefonarem a alertar para esse facto. Também disse que o espaço do Balcão Único foi requalificado, e que o investimento de centenas de milhares de euros não foi assim tanto. Referiu ainda que os juros da APPACDM não são assim tão elevados e o Senhor Presidente da Câmara, na altura em que foi vereador, devia saber os juros. Solicitou ainda saber o valor da obra.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o valor do investimento nas instalações da APPACDM será apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: **Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2013:** Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2013, não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação da ata que foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures and initials]*

Passou-se para o ponto dois ponto dois: **Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo** - Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal este referiu que a informação foi enviada a todos os elementos da Assembleia Municipal, começando por abordar a informação da atividade do Município, cujas despesas estiveram e estarão nos próximos tempos condicionadas pela inexistência de fundos disponíveis. De seguida, destacou as Comemorações dos 500 anos dos Forais Manuelinos, que irão ser feitas dentro das limitações financeiras do Município.

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a análise dos aspetos mais relevantes da informação sobre a situação financeira do Município relativa ao período compreendido entre 29 de dezembro de 2013 e 24 de fevereiro de 2014, enquadrando a situação do PAEL e do Controlo Orçamental, onde foram apontadas as despesas imprescindíveis e inadiáveis.

Foi dado a conhecer aos Senhores Deputados que o Município em 2012 e 2013 não cumpriu os seus compromissos financeiros em atraso. Também foi observado que as despesas fixas são superiores às transferências mensais vindas da DGAL. Tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que não é do lado das receitas que se vai poder atuar mas do lado das despesas que irão ser efetuados cortes no sentido de diminuir este défice. Em relação ao PAEL disse que algumas dividas têm ainda a ver com o saneamento financeiro e que esta situação tem como causa uma gestão irresponsável ao longo dos últimos anos. Os vereadores e deputados do PS ao longo dos últimos anos alertaram para o que estava a acontecer, tanto nas reuniões de Câmara como nas da Assembleia Municipal.

Mais disse que as contas da Câmara Municipal foram penhoradas, nomeadamente pelo Tribunal de Leiria, por queixa apresentada pela firma de Humberto Poças, pelo não cumprimento do plano de pagamento relativo a 2012, o que se traduziu na penhora, no valor de 37.078 euros. Referiu também que existe uma notificação de injunção relativa à Urbiágua, que tem a ver com a inauguração da Fonte dos Combatentes em 2010, e que está contemplada na dívida do PAEL. Concluiu, dizendo que a situação financeira da Câmara Municipal é preocupante, o executivo é confrontado com faturas de obras feitas ao Município em que não existe documentação de suporte e que vêm do ano de 2009 e que não podem ser aceites por serem consideradas ilegais.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Andrea Saldanha que, por parte da Bancada Parlamentar do PS, fez uma análise à informação financeira do Município colocando alguns pedidos de esclarecimento que constitui o anexo nº3 desta ata e dela fazendo parte integrante.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures and initials]*

Tomou a palavra o Sr. Deputado Fernando Cruz, dizendo que relativamente aos fundamentos apresentados sobre as dificuldades que o Executivo enfrenta para responder atempadamente às questões levantadas pelo Tribunal de Contas, referiu que todos os ficheiros reportados à execução e cumprimento dos pagamentos realizados no âmbito do PSF- Plano de Saneamento Financeiro, foram na oportunidade entregues no Tribunal de Contas em CD e uma versão "em papel", e, que naturalmente o arquivo das respostas na Área Administrativa, que tem uma Responsável, Dra Alcídia Prata, permitiria aceder com toda a eficácia, aos documentos remetidos ao Tribunal de Contas e poderem com a ajuda dos informáticos, preparar qualquer resposta em tempo útil às questões levantadas sem dificuldades de maior.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira que na sua intervenção referiu que, todo e qualquer Plano de Saneamento Financeiro da Câmara se insere num quadro mais vasto, que é a perspectiva política global que se defende a curto e médio e longo prazo para o reforço do concelho, as suas prioridades e opções e que aquando da sua elaboração deve ser articulado pelos princípios do rigor, clareza e transparência e não de escamoteamento habilidoso de rubricas, de números e de gráficos que pouco ou nada diz à maioria das pessoas. Pretende-se que da política deste concelho seja banida a desconfiança e se introduza de uma vez por todas a linguagem da verdade, pois só assim as pessoas voltarão a confiar nos políticos que elegeram. Apontou ainda que qualquer leigo em Economia sabe que para atingir equilíbrio orçamental só há uma maneira possível que é reduzir o peso constrangedor da despesa, sobretudo no concernente ao pessoal, o que tem vindo a ser feito, uma aquisição criteriosa e apertada de bens e serviços correntes, sem por em risco o próprio funcionamento da Câmara Municipal, uma atribuição clara e coerente de subsídios e de transferência de verbas para as Associações de acordo com o trabalho desenvolvido e não por enfeudamento político, um controlo diário no consumo de combustível e da frota automóvel da Câmara e, a maximização da receita desde que não se estrangule o desenvolvimento comercial, industrial do nosso concelho a par do necessário incremento turístico. Poupar, economizar e pagar o que se deve, aprender com os erros do passado e saber inventar, é a bússola que deve nortear a ação municipal deste Executivo.

Interveio o Sr. Deputado António José Correia fazendo uma abordagem aos dez anos da Casa da Cultura de Santa Comba Dão dizendo ter tido uma relação muito direta e simultaneamente felicitar a Escola Profiacademus pela brilhante intervenção dos seus alunos, assim como a colaboração do CMAD. A sua intervenção está espelhada no anexo 4 desta ata e dela fazendo parte integrante.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur Loureiro Pereira, que fez um pedido de esclarecimento sobre as obras Municipais, começando por dizer que foi com admiração que recebeu as declarações do Sr. Presidente da Câmara, na anterior Assembleia Municipal, sobre o estado do parque de viaturas e máquinas do Município. Citando o seguinte: "Em relação ao Pelouro das Obras Municipais e referindo-se à frota automóvel deu conhecimento que as máquinas e viaturas estão muito degradadas e/ou inoperacionais e a necessitar de investimentos muito avultados, o que preocupa o Executivo, pois algumas viaturas são essenciais para a manutenção e reparação de vias/caminhos e limpeza urbana . Disse, também ,que algumas máquinas e/ou viaturas necessitarão de reparações, como acontece em qualquer instituição que tenha um parque de alguma dimensão." O cenário apresentado levou-o a refletir sobre o assunto. Depois de fazer referência às viaturas adquiridas ou alugadas, durante os dois últimos mandatos, disse que em algumas das máquinas e viaturas foi usado o leasing em vez da aquisição, mas também era certo que a aquisição nem sempre era a melhor opção. E a opção escolhida foi de certo a que melhor servia os interesses no Município. Concluindo que o anterior executivo, fez um esforço considerável de investimento no parque de máquinas e viaturas. Sendo o esforço feito para disponibilizar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades do Município. Não fora, este esforço de investimento, como seria hoje o parque de máquinas e viaturas ? Certamente muito mais reduzido. Como poderia, sem os investimentos que foram feitos, responder às responsabilidades que o Município tem perante os seus munícipes ? Sê-lo-ia de um modo muito deficiente, certamente. A leitura feita da sub-secção de Oficina Mecânica, que consta na Informação sobre a Atividade do Município, saltou-lhe imediatamente à vista, uma incongruência entre as palavras do Sr. Presidente da Câmara, que informou esta Assembleia do estado de muita degradação do parque de máquinas e viaturas, e a informação detalhada que foi fornecida. Afinal de um parque de máquinas e viaturas muito degradadas apenas duas viaturas estão inoperacionais, dizendo que afinal o parque de viaturas não é um cemitério. Na mesma sub-secção de Oficina Mecânica consta, a colocação em circulação da máquina niveladora, facto que acolhe com agrado. Deixou ao Sr. Presidente da Câmara, referindo-se à maquina niveladora, as seguintes perguntas: Desde quando é que se encontra em circulação? Quais os trabalhos já efetuados?. Qual o montante do investimento, feito por este executivo, para a colocar a funcionar?. Foi avultado?. Se foi, de que modo foi feito, tendo em conta o constrangimento da não existência de fundos disponíveis?

Em seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Tiago Rafael Rodrigues Costa que, na sua intervenção lembrou que se assistiu nas últimas semanas, a fenómenos da



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

natureza adversos, mas cada vez mais habituais. Acontecimentos cuja gravidade se traduz em avultado prejuízo para as pessoas e para os seus bens, quer privados, quer comunitários e Santa Comba Dão não foi exceção, verificando-se os efeitos perniciosos mas que felizmente, não se verificaram prejuízos significativos ou vítimas a lamentar, graças à eficaz intervenção das autoridades competentes e que aproveita para felicitar.

Contudo, não raras vezes se depara com estruturas danificadas, vias de comunicação deterioradas, entre outras anomalias. Nesse sentido, apresenta uma proposta, primeiramente encabeçada pela estrutura associativa jovem mais dinâmica do Concelho, a Juventude Socialista, mas também através do Grupo Parlamentar do PS, a esta Assembleia e também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que seja disponibilizado um endereço de email para o qual os munícipes do concelho encaminhem as suas solicitações para a reposição da normalidade do nosso concelho. Disse ainda que o propósito deste endereço deve contudo ser limitado a participações relativas a situações concretas que respeitem a espaços públicos e que careçam de resolução atempada. Com esta medida, pequena mas nem por isso irrelevante, se pretende aproximar ainda mais a população aos órgãos autárquicos. Considera que é um pequeno passo para devolver a Santa Comba Dão o caminho do contínuo melhoramento e do progresso, que há 4 meses foi retomado e que agora se procura alavancar depois de 8 anos que significaram um retrocesso de décadas no concelho. Pediu a palavra a Sr. Deputada Edite Cruz para manifestar a sua indignação face à congratulação que o Sr. deputado António José Correia manifestou quanto ao curso de música no âmbito da escola profissional. Referindo que, na última Assembleia Municipal do anterior mandato, um autêntico "golpe de teatro" colocou em causa a implementação do curso de música na mesma escola. Recordando que após ter sido negociado pelo anterior executivo um regime de funcionamento para o curso de música, num novo modelo de funcionamento da Profiacademus, o mesmo foi aqui nesta Assembleia, rejeitado através de votação, pela bancada do PSD.

Foi dada de novo a palavra ao Sr. António José Correia, para direito de resposta. Neste momento, saiu da sala o Sr. Presidente da Assembleia por ser interessado no assunto. O Sr. Deputado António José Correia disse que a Senhora Deputada Edite Cruz estava equivocada, o que esteve em causa nunca foi a exequibilidade do curso de música, porque esse já estava aprovado, mas sim a possível alienação de 75% do capital social da Profiacademus ao CMAD. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Deputado Luis Artur Loureiro Pereira, fazendo o ponto de situação sobre as condições de laboração das viaturas e máquinas, que é de facto preocupante. Relativamente ao ponto



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois ponto três da ordem do dia: **DGAL – Município de Santa Comba Dão. Apreciação técnica dos documentos previsionais de 2014 (PAEL) = Conhecimento.** Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve explanação do documento, referindo que a apreciação técnica dos documentos e as notas dadas no relatório referem que em 2014 o PAEL já deveria estar aprovado e a maior parte da dívida sanada, e tal facto ainda não se verifica. A dívida permanece efetiva. O parecer dos técnicos não diz nada em concreto, alerta apenas para a fase de execução.

Dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Cruz este referiu que a proposta do Município, se afasta de forma expressiva, das projecções constantes dos Mapas "anexos" do PAEL e, situação que igualmente fundamentada pela apreciação que a DGAL realizou na oportunidade aos documentos que lhe foram remetidos pelo Município de SCD, sendo neste enquadramento, muito difícil assegurar o cumprimento da execução Orçamental nos termos propostos pela CM, para 2014.

De seguida interveio a Sra. Deputada Andrea Saldanha que após ter feito algumas considerações sobre a apreciação técnica da DGAL aos documentos previsionais para o ano de 2014, colocou alguns pedidos de esclarecimento que constituem o anexo nº 5 desta ata e dela fazendo parte integrante

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às questões dizendo que este documento apresenta um conjunto de orientações que vão no sentido da redução das despesas.

Passou-se ao ponto dois ponto quatro da ordem do dia: **Conselho Municipal de Segurança = Aprovação do regulamento provisório.** Depois de ter apresentado o documento sob análise o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves que começou por dizer que lança um repto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que convoque ainda no decurso do mês de março do corrente ano, como preconiza o artigo 6º da seção II- periodicidade e local das reuniões-, a fim de os elementos integrantes do Conselho Municipal de Segurança do Município receberem informações atualizadas sobre o que se passa no concelho, no âmbito das competências deste conselho para exporem os seus pontos de vista. Foi dada a Palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que disse que assim que todo o processo estiver formalizado o Conselho Municipal de Segurança do Município será convocado o mais rápido possível.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação, tendo o regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, sido aprovada por unanimidade.

No ponto dois ponto cinco da ordem do dia: **Conselho Municipal de Segurança = Indicação de dois cidadãos de reconhecida idoneidade (alínea K. do artº 4º do regulamento), por cada grupo parlamentar.** O Sr. Presidente propôs a cada grupo parlamentar para indicar dois cidadãos de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Rui*  
*Rui* *R*

reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança do Município. Assim o Grupo Parlamentar do PS propõe os seguintes cidadãos: José Marques da Cruz e Francisco José Caramelo Graça; o Grupo Parlamentar do PSD propõe os seguintes cidadãos: Hérder Manuel Batista Mota e Costa e Fernando Augusto Gomes Neves Cruz; o Grupo Parlamentar do CDS/PP propõe os seguintes cidadãos: Sofia Isabel Lopes Silva Pereira e Riu Jorge Gonçalves.

No atinente ao ponto dois ponto seis da ordem do dia: **Plano de Atividades e Orçamento do exercício económico de 2014 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões / conhecimento**. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal depois de ter apresentado o documento em apreço, deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves, que começou por referir que a integração municipal é uma necessidade inadiável e uma forma dos municípios terem uma voz mais forte junto do governo central, sendo uma satisfação ver o nosso concelho representado nesta Comunidade Intermunicipal, que integra catorze municípios, e que tem vindo a desenvolver um plano estratégico de desenvolvimento sustentado, em termos económicos e com recurso aos programas de desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia assim como de outros fundos e cujos reflexos se projetam em vários domínios como o caso da Ecopista do Dão. Assim, espera que a voz do nosso concelho se faça ouvir e defenda as suas legítimas e justas pretensões. Na sequência do exposto gostaria que o Sr. Presidente da Câmara elucidasse os membros desta Assembleia o tão pormenorizadamente quanto possível, sobre as propostas apresentadas por este executivo; qual ou quais os critérios subjacentes à elaboração das referidas propostas e os montantes eventualmente envolvidos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que neste momento ainda não há candidaturas elaboradas, estando a ser preparados pela CIM os documentos orientadores da ação da mesma, nomeadamente a Estratégia Territorial de Desenvolvimento “Viseu Dão Lafões 2020” e o Plano de Ação.

Passando ao ponto dois ponto sete da ordem do dia: **Câmara Municipal de Elvas – Moção “No combate ao cancro, todos somos poucos em defesa dos doentes oncológicos”** O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Primeiro Secretário que apresentou e leu a moção da Câmara Municipal de Elvas, onde o problema abordado é grave, pois a comunidade médica e os doentes disseminados, pelos vários concelhos do nosso país, merecem uma tomada de posição de apoio de todos os autarcas, independentemente da orientação partidária de cada um. Esta moção tem como objetivo ajudar os milhares de doentes oncológicos em Portugal, cujo número tem vindo a aumentar e



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Rui Jorge Gonçalves*

cujo direito a melhores tratamentos deve ser uma questão de honra dos autarcas que têm o dever de defender as suas populações. Em causa está o Despacho nº 13877-A/2013, que tem implicações graves para as populações. O Despacho em causa visa limitar o pedido de Autorização Excecional de Medicamentos (CEUEM) e, a limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os CEUMC a três unidades: os IPO's de Lisboa, Coimbra e Porto, discriminando os doentes afastados dos grandes centros e contrário a um acesso justo e equitativo aos cuidados de saúde.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Gonçalves que começou por dizer que, em nome da Bancada Parlamentar do CDS/PP, rejeita frontalmente a ideia caricata e rocambolesca de que há portugueses de primeira e de segunda classe, pois há portugueses que vivem no litoral e portugueses, como nós, que vivem no interior do país e não pode aceitar de ânimo leve que se procedam a cortes, feitos, por vezes, às cegas, nomeadamente em três setores que para nós são intocáveis: saúde, educação e segurança. Que há exageros e infrações e, não se pode aceitar que a nível dos doentes oncológicos estes se tenham de deslocar aos grandes centros urbanos, Lisboa, Coimbra e Porto, percorrendo dezenas ou centenas de quilómetros, a fim de se sujeitarem a atos cirúrgicos ou tratamentos muito especializados. Que cortem noutras rubricas, mas não na saúde, a própria Constituição Portuguesa, advoga de forma clara, o direito inalienável das populações à saúde. Assim, a Bancada Parlamentar do CDS/PP, manifesta publicamente total solidariedade com os doentes oncológicos especialmente aqueles que foram atingidos com a publicação do Despacho nº 13877-A/2013, de 30 de outubro.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs um apoio à moção da Câmara Municipal de Elvas que foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao ponto dois ponto oito da ordem do dia: **Apreciação do 7º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro - 31 de dezembro de 2013**. Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal dizendo que o relatório é um documento técnico e não tem nada a acrescentar à informação facultada aos membros da Assembleia.

Neste momento, interveio o Senhor Deputado Fernando Cruz que, referindo-se à apreciação do relatório Semestral Evolutivo do PSF, que reporta a sua evolução até 31-12-2013, destacou a qualidade da informação produzida neste documento obrigatório e, em particular o detalhe da sua elaboração. No que se refere à análise na especialidade, diz constatar que a grande maioria dos indicadores referidos no Relatório, nomeadamente o comportamento do endividamento de



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Médio/Longo Prazo; da redução de recursos humanos; evolução do saldo primário, são indicadores relevantes da inversão que se vinha a assistir com as medidas de contenção entretanto tomadas, que a prazo deveriam produzir resultados mais sustentáveis no desejado equilíbrio Orçamental do Município. A variável que registava um comportamento menos favorável, tem a ver com a "dívida a Fornecedores", considerando que o principal instrumento para resolver a sua efectiva diminuição e regularização, o PAEL- PROGRAMA I, ainda se encontra neste momento em apreciação no Tribunal de Contas, condicionando assim a apresentação de uma performance mais ajustada ao esforço desenvolvido pelo Município.

Em seguida interveio a Sr. Deputada Andrea Saldanha para dizer que a Bancada Parlamentar do PS analisou cuidadosamente o relatório semestral do PSF, considerando pertinente salientar alguns factos plasmados no relatório e realçar as consequências e impactos negativos para o concelho, que constitui o anexo nº6 desta ata e dela fazendo parte integrante

Interveio o Sr. Presidente para dizer que se o Plano de Saneamento Financeiro tivesse sido efetivamente concretizado, a dívida de curto prazo teria sido liquidada, o que não aconteceu, e o Município não se veria na necessidade de recorrer ao PAEL.

Em seguida pediu para intervir o Sr. Deputado António José Correia que reportando-se ao relatório sob análise questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se reconhecia ou não que a dívida tem vindo a descer.

Para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara da Municipal . Respondeu que, em termos gerais, se verificou uma ligeira diminuição da mesma, mas isso não significa que as condições de sustentabilidade sejam melhores, pelo contrário pioraram, fruto do aumento da dívida de curto prazo, principalmente dívida a fornecedores e juros de mora.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o relatório como apreciado.

Passou-se ao ponto dois ponto nove da ordem do dia: Proposta – **Modalidade de convocatória dos deputados da Assembleia Municipal**. O senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a intervenção do Primeiro Secretário para apresentar este ponto, tendo este informado que com a presente proposta se pretende simplificar o processo que contribuirá em larga medida para agilizar



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procedimentos, poupança de meios e recursos e evitar a devolução de convocatórias como tem acontecido e a deslocação dos senhores deputados aos CTT, passando a convocatória a ser enviado por email. Posto isto, leu a dita proposta que constitui o anexo n.º7 desta ata dela fazendo parte integrante. De seguida, pediu aos senhores deputados que quisessem receber a convocatória por carta registada o anotassem na listagem disponibilizada para o efeito.. Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

### III- Período para intervenção e esclarecimento ao público

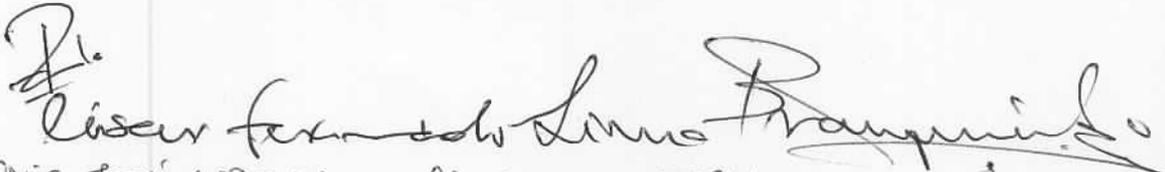
No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Pediu a palavra o munícipe António José Corveira de Sousa, residente no Coval, Santa Comba Dão, referindo-se aos gastos elevados de eletricidade do Município e que uma forma de poupar seria desligar pontos de iluminação pública noturna em locais aonde não são necessários.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que já foi feito um levantamento dos postos de abastecimento de eletricidade e a questão colocada pelo munícipe António José Corveira de Sousa já está a ser estudada

Antes de se dar por encerrada a sessão o Primeiro Secretário fez a leitura da ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte horas e quarenta minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

  
António José Corveira de Sousa

Auxilio 1111



**Santa Comba Dão**  
Assembleia Municipal

Handwritten signatures and initials, including 'António José Brito Correia' and 'António José Brito Correia'.

**Proposta de Voto de Pesar pela Morte do Progenitor do Prof Dr  
Salvador Massano Cardoso**

Considerando que:

- O Prof Dr Salvador Massano Cardoso foi Autarca neste Concelho nos últimos 12 anos;
- Nos últimos 8 anos foi Presidente da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão;
- Que sempre desempenhou as suas funções com grande competência, zelo, urbanidade e respeito democrático;
- Tratar-se de um cidadão de grande prestígio intelectual, académico e profissional, sempre disponível para os Santacombadenses,

O Grupo Parlamentar do PSD propõe á consideração do Sr Presidente da AM a aceitação desta proposta e a sua eventual votação.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD

  
(António José Brito Correia)

28/02/14

Alexandre de Sá

Ricardo  
aug  
Luis P

Sr. Presidente da Assembleia Municipal Srs. Secretario, Sr. Presidente da Câmara Srs, Vereadores, Srs deputados desta Assembleia, restante publico.  
Boa tarde

- A minha intervenção vai no sentido de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre um assunto que penso ser importante e prende-se com a criação do balcão único e todo o espaço envolvente, levado a efeito ainda pelo anterior executivo.

-Como é conhecimento geral o balcão único foi criado/anunciado há mais ou menos ano e meio, para funcionar hipoteticamente, no r/c da Casa dos Arcos.

-Esse espaço foi intervencionado e remodelado, onde se gastou uma importância bastante significativa de dinheiros públicos;

-Atualmente, o balcão único, não funciona no espaço que inicialmente foi anunciado pela autarquia, mas encontra-se instalado nos serviços técnicos da Câmara Municipal;

-Assim, perguntava ao Sr. Presidente, o que pensa este executivo, a este respeito,

Isto é:

-Porque razão não funciona naquele espaço, e se esse o espaço é apenas para o funcionamento do balcão único?

-Quais são as funcionalidades e os serviços municipais ou outros que este presta á população?

-Se pensa, ou está previsto a colocação naquele local, de outros serviços públicos ou municipais que sejam importantes e possam servir os munícipes e não só?

-Ou como, já se comenta, esse balcão único vai ser encerrado, ficando este espaço à moscas(como se costuma dizer), o que seria um contra censo, tendo em conta, como já referi, o valor elevado que custou ao erário publico a sua remodelação.

Obrigado

Santa Comarca, 28/02/2014

Jos. Alexandre de Sá



Santa Comba Dão

## INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Sobre o documento relativo à informação financeira prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, a Bancada Parlamentar do PS, gostaria de ressaltar dois aspectos e sobre eles colocar algumas questões:

Assim, começaria pela análise da informação contida no quadro síntese da execução orçamental da despesa, reportado a 24 de fevereiro, através do qual é possível constatar que o montante dos compromissos assumidos atingiu já o valor global de 7,1M€. Claro que, e tal como é do conhecimento de todos os presentes, desde logo, 6,1M€ daquele montante constitui dívida transitada do ano anterior e, como tal, resulta de despesa assumida pelo anterior executivo. Ainda assim, e apesar do grosso da despesa estar por essa via explicado há, no nosso entender, antes de mais pela defesa da transparência e do rigor orçamental, palavras de ordem do PS na campanha eleitoral das passadas eleições autárquicas, mas também, pela natureza das competências de fiscalização e controlo que impendem sobre este órgão, Assembleia Municipal, que esclarecer todos os presentes a que respeita a diferença que resulta dos referidos montantes, ou seja, cerca de 950 mil euros. Entendemos, portanto, ser esta a sede própria para o actual executivo defender e demonstrar a aplicação que tem vindo a fazer daqueles princípios, com que se comprometeu, na gestão dos recursos públicos municipais, desde a sua tomada de posse até esta data.

Assim, Senhor Presidente da Câmara Municipal, e porque todos estamos cientes do desequilíbrio financeiro estrutural que o Município de SCD apresenta, não dispondo por isso o actual executivo de fundos disponíveis para legalmente assumir nova despesa, independentemente da sua natureza ou valor, queira por favor informar esta Assembleia, **a que respeita, em concreto, o montante dos novos compromissos assumidos já em 2014 pelo seu executivo**, os já referidos 950 mil euros?

Passaria já de seguida para a análise da execução orçamental, mas agora do lado da receita, sobre a qual entendemos ser importante aqui ressaltar o facto do seu grau de execução apresentar um desvio negativo bastante significativo, face ao grau de execução padrão esperado para a data de reporte, 20 de fevereiro, ou seja, o grau de execução registado (6,58%) representa, apenas, sensivelmente metade do esperado (13,97%). Contudo, esta constatação não constituirá uma surpresa para os presentes uma vez que, como todos sabemos, o atual executivo viu-se obrigado a empolar muito significativamente o orçamento da receita para 2014, em mais de 50% das reais expectativas de arrecadação de receita para este ano, por forma a, por um lado, acomodar a dívida herdada do anterior executivo, e por outro, assegurar o cumprimento do princípio do equilíbrio consagrado na lei, o qual dita que "o orçamento tem que prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas".



Santa Comba Dão

Note-se que, para este princípio não está previsto qualquer regime de exceção, como tal, ele impõe-se e é válido, independentemente de quem assumiu ou prevê assumir a despesa, ou ainda, se a despesa foi assumida assegurando, previamente, a verificação de requisitos como: economia, eficiência, eficácia, equidade e conformidade legal, tudo regras que devem sempre ser respeitadas na gestão dos recursos públicos.

Portanto, para terminar, e sem prejuízo da baixa execução da receita, pelos motivos que aqui acabam de ser expostos, verifica-se que há um valor de compromissos assumidos já em 2014, cerca de 126 mil, que se encontra por pagar, isto se expurgarmos, obviamente, o valor que transitou em dívida do ano passado, 6,1M€. No entanto, se consideramos que o total da receita cobrada atingiu 930 mil euros e o total da despesa paga, por seu lado, ficou apenas pelos 824 mil euros então, se nos focarmos apenas nesta leitura dos números, poderemos ser levados a afirmar que há cerca de 106 mil euros de receita que poderiam, eventualmente, ter sido aplicados no pagamento das despesas assumidas já em 2014, reduzindo assim a dívida assumida pelo actual executivo, para apenas 20 mil euros, no final do período em análise.

Perante isto, e porque a Bancada Parlamentar do PS acredita que este executivo procurará sempre honrar os seus compromissos e tudo fará para melhorar a imagem e aumentar a credibilidade do Município de SCD junto dos seus credores, em linha com o compromisso político que firmemente assumiu perante os eleitores, solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara, que também sobre este ponto, esclareça a Assembleia, **sobre quais as razões que justificam o facto de se encontrarem em dívida compromissos já assumidos pelo seu executivo?** Será que se trata apenas da dilação temporal que medeia entre a emissão da ordem de pagamento, pelos serviços de contabilidade, e a concretização do pagamento, pelos serviços de Tesouraria, ou haverá, de facto, outra(s) razões que justificam esta situação?

Santa Comba Dão, 28 de fevereiro de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,

Andrea Saldanha



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Auxílio puetw

Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a signature that appears to be 'D. João'.

### 10 anos da casa da cultura de Santa Comba Dão

Foi com enorme gosto que participei nas comemorações dos 10 anos da Casa da Cultura de Santa Comba Dão quer na qualidade de Autarca quer na qualidade de Múnicipe.

Os números de leitura redonda tendem sempre a ser devidamente registados pois marcam ciclos de trabalho e de desenvolvimento. Foi isso que aconteceu no passado dia 30 de Janeiro. Fica o registo!

Por questões de agenda pessoal apenas tive a oportunidade de estar presente no primeiro dia de comemorações que contou com momentos culturais dinamizados pelo curso profissional de musica da escola profissional Profiacademus e pelo conservatório de musica e artes do dao e com a inauguração de duas exposições, uma alusiva aos 10 anos da Casa da Cultura e uma outra realizada por alunos das nossas escolas relativa ao tema arte na escola. Foi igualmente visionado um pequeno vídeos com algumas imagens de atividades decorridas neste período e como não poderia deixar de ser decorreram os discursos de circunstância próprios da ocasião.

Assisti a todos estes momentos com especial atenção e prazer dado ter tido uma relação direta com estas áreas nos últimos 8 anos, ou seja, na esmagadora maioria do tempo do funcionamento da nossa CC.

Pude verificar uma vez mais que o curso de Musica a ser dinamizado na Escola Profissional, conquistado após muito trabalho e persistência em Setembro ultimo, vai ser decisivo para o futuro da mesma, pois a motivação e interesse dos nossos jovens por esta área e a qualidade do trabalho que está a ser realizado darão os seus frutos! Assim o espero e assim o desejo!

O CMAD presenteou-nos uma vez mais com um espetáculo musical de excelência algo a que vamos estando habituados. Por vezes apenas sentimos o patamar alcançado, fruto do trabalho desenvolvido nos últimos anos na área específica da música, quando saímos do nosso território e assistimos a espetáculos do mesmo género. Aqui, nesta área específica, Santa Comba Dão é claramente líder regional! Não tenho nenhuma dúvidas sobre isso. O investimento efetuado e que espero se mantenha, balizado pelas limitações orçamentais conhecidas, é um verdadeiro investimento! Não é de todo despesa!

A exposição Arte na Escola deixou uma marca igualmente interessante com trabalhos muito criativos e diversificados.

Alexandre Pires



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

A exposição 10 anos da Casa da Cultura teria seguramente como objetivo evidenciar os 10 anos de atividade da mesma. Do momento da sua inauguração até ao presente. Notei no entanto que foi dada uma clara propensão ao dia da sua inauguração em detrimento dos 10 anos de diversificadas atividades culturais que aqui decorreram, senão vejamos: Integram a exposição 70 fotos da inauguração, um momento marcante e essencial, mas que retrata apenas um dia. Não um dia qualquer! Mas de facto um dia!! Acresce a estas 70 fotos da inauguração mais 5 jornais da época que aludiam ao mesmo momento. Dos restantes 10 anos de atividades foram expostos 134 cartazes, correspondentes a outros tantos eventos. Esta propensão só pode ter tido a ver com a falta de espaço na sala de exposições que pudesse efetivamente retratar de uma forma mais equilibrada as atividades na CC nos últimos 10 anos. Nem o vídeo apresentado na sala de espetáculos, foi suficiente para deixar uma imagem mais consentânea com o empenho, dedicação, proatividade e dinâmicas colocadas na área da cultura nos últimos dez anos.

Assim, e porque os números clarificam melhor esta realidade deixo alguns que o Sr Presidente conhecerá mas que seguramente por manifesta falta de tempo não ousou mencionar quando usou da palavra:

Passaram pelo palco da CC nos últimos dez anos mais de 300 espetáculos e iniciativas, que vão do cinema ao teatro, da música às conferências, das exposições às reuniões sectoriais, das festas de finalistas a comemorações de aniversários e concertos das nossas Associações, numa dinâmica verdadeiramente notável.

Em termos de espetadores, a CC recebeu ao longo destes 10 anos mais de 140000 espetadores, um número impressionante para a dimensão do nosso território. Uma CC que dinamizou um conjunto de outras iniciativas que saltaram as suas portas de que é exemplo máximo a realização da feira á moda antiga, já uma referência regional!

O investimento público só faz sentido se houver retorno para quem dele usufrui. A casa da Cultura, um equipamento referencial á 10 anos atrás e ainda muito competitivo nos dias de hoje, só justificou a sua inauguração pela dinâmica criada e pela oferta cultural diversificada e de qualidade disponibilizada. O momento simbólico da sua inauguração só faz sentido com estes números. Assim podemos dizer valeu verdadeiramente a pena!

Para além destes números há que acrescentar o facto de a casa da cultura desde 2009 possuir uma estrutura residente – O CMAD. Um conservatório em Santa Comba Dão era em 2005 uma completa miragem. Existia o sonho mas as condições não estavam reunidas. Com o modelo politicamente definido para a implementação das AEC, particularmente no caso da música, que passou por envolver os mais capazes, os que sonhavam, e todos os que nesta área



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Alexo quieto

21  
aug  
2014

estavam envolvidos, particularmente as nossas três Filarmónicas, davam-se os passos decisivos para que o sonho se torna-se mais realizável. Com um trabalho excecional sob o ponto de vista da dedicação, do empenho, da excelência, envolvendo toda a Comunidade foi possível tornar Santa Comba Dão referencial ao nível da região centro no que às AEC diz respeito.

Estavam assim criadas as condições, favoráveis de uma forma sustentada para o aparecimento da estrutura sonhada mas aparentemente inatingível em 2005. Assim surge o nosso CMAD, que tem na sua liderança dois homens de grande capacidade técnica, de grande conhecimento e sobretudo de grande tenacidade! Vivem também de sonhos. A verdade é que os sonhos em muitas ocasiões para serem atingidos têm que ser alavancados pelo caminho! É preciso criar condições e elas em devido tempo e fruto de políticas educacionais sustentadas e hoje amplamente reconhecidas, apareceram!

No entanto o Sr Presidente disse na sua intervenção o seguinte: Se alguém pretender reivindicar o seu papel no aparecimento do Conservatório em Santa Comba Dão, a verdade é que apenas o sonho dos seus dirigentes e a existência desta estrutura, a Casa da Cultura, o tornaram possível.

Confesso que não percebi a descontextualização desta afirmação naquele momento e acredite não fui o único. O momento era de festa e de enaltecer estes 10 anos de cultura na nossa Casa da Cultura e as conquistas havidas e não momento de argumentário politico-partidário. O Sr Presidente, então Vereador sem pelouros, devia-se orgulhar pelo trabalho feito, pelas decisões tomadas neste sector, que em muitos momentos elogiou, e para as quais também contribuiu com as suas intervenções de caracter político.

Parece-me ter sido um momento menos feliz, embora não suficiente para fazer esquecer estes 10 anos de atividades e o magnifico espetáculo da sua comemoração a que assistimos!

O Defeito

Antimo José Deh Gomes

28/02/14

Area do pessoal



Santa Comba Dão

**APRECIÇÃO TÉCNICA DA DGAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2014  
(PAEL) DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**

*[Handwritten signatures]*

A apreciação técnica da DGAL aos Documentos Previsionais do Município de Santa Comba Dão para 2014 e, não obstante a mesma estar a ser presente a destempo a esta Assembleia, porquanto foi remetida pela DGAL já em janeiro, ou seja, em data posterior à aprovação do Orçamento, a mesma mereceu a maior atenção por parte da Bancada Parlamentar do PS, tendo-nos suscitando, contudo, enormes preocupações, que gostaríamos de deixar aqui bem expressas, sistematizando assim, por seu lado, a apreciação feita por este Grupo às conclusões do documento em si mesmo.

Na análise feita pela DGAL afirma-se, a dado momento que, por um lado, há perspectivas de redução das transferências do Orçamento do Estado de 2014 a favor do Município de SCD. No total, estaremos a falar de uma redução de 20% do valor mensalmente transferido, o que representa, praticamente, menos 60.000,00€ mensais de receita a entrar nos cofres da autarquia. Esta redução resulta não só do facto de, sucessivamente, nos últimos anos, não terem sido respeitados os limites de endividamento líquido fixados por lei (e então, por este motivo, perspectiva-se que serão subtraídos 10% ao valor a transferir mensalmente) mas também, e ainda, porque a redução do stock de Pagamentos em Atraso não foi igualmente cumprida, contrariando assim as obrigações legais previstas, quer na LCPA, quer na Lei do Orçamento do Estado (prevendo-se que, por mais este facto, serão subtraídos mais 10%).

Afirma-se ainda que, por outro lado, são expectáveis atrasos consideráveis na aprovação do PAEL, e isto porque, as questões que a verificação do processo e da sua regularidade estão a suscitar às entidades competentes envolvidas, designadamente ao Tribunal de Contas, provocam, indubitavelmente, atrasos significativos na análise do processo, o que atendendo ao facto de que a obtenção do visto do TC é condição de eficácia para a contratualização do empréstimo do PAEL, nos levanta enormes reservas e preocupações.

Senão, e reportando-nos ao documento "Informação sobre a situação financeira do Município" onde são elencadas algumas das questões colocadas pelo TC no âmbito da análise ao PAEL, e pegando logo na primeira das questões aí mencionadas, valerá a pena aqui deixar a seguinte pergunta: como poderá o actual executivo apresentar uma fundamentação e justificação que seja aceite pelo TC, quando permanecem em dívida despesas que estiveram na base da aprovação do PSF e que, como tal, deveriam ter ficado liquidadas logo em 2009 mas, ao que parece, pelo contrário, não foram pagas e terão sido incluídas pelo anterior executivo na listagem das dívidas a financiar agora pelo PAEL?



Santa Comba Dão

Só com este exemplo, e mais existem, porque as questões formuladas pelo TC são vastas e de complexa resposta, se percebe que o visto do TC, necessário à contratualização do empréstimo PAEL poderá, nesta data, ao contrário do que todos desejaremos, encontrar-se muito comprometido.

De tudo isto se infere que os prejuízos e dificuldades, que advêm dos factos expostos, serão titânicos para o actual executivo pois se, por um lado é certo, tal como referido nessa mesma apreciação da DGAL, que o PAEL já não permitirá cobrir a totalidade da dívida de curto prazo com que o Município de SCD encerrou o ano de 2013 (i.e., os 3,6M€ do PAEL revelam-se manifestamente insuficientes para liquidar a totalidade da dívida de curto prazo registada no final de 2013, cerca de 6M€); por outro lado, também é certo e resulta claro que, neste momento, e dada a ausência de mecanismos alternativos à disposição do Município, como poderá vir a ser o Fundo de Apoio Municipal (FAM) aprovado pela nova LFL, mas que ainda carece de regulamentação, a "solução PAEL" acaba por se apresentar como, absolutamente imprescindível e determinante, para a prossecução e alcance dos objectivos de consolidação orçamental e equilíbrio financeiro que legalmente se impõem ao Município de SCD.

Assim, e perante este cenário, somos levados a concluir que não serão as medidas do lado da receita que contribuirão em definitivo e de forma sustentada para o fim da crise financeira do Município de Santa Comba Dão, o que muito nos inquieta, mas que antes será necessário, olhar e focar toda a energia e atenção em medidas do lado da despesa. Como tal, é isso precisamente que a Banca Parlamentar do PS espera, e acredita, que o actual executivo fará, que adote e implemente medidas concretas, conseqüentes e eficazes, de contenção da despesa, contribuindo, assim, para rapidamente alinhar numa trajectória descendente do endividamento do Município, conforme nós, mas também, estamos certos, todos os santacombadenses anseiam.

É neste contexto que, consideramos pertinente questionar o Senhor Presidente da CM sobre **quais são as medidas concretas que este executivo já adotou para reduzir a despesa desde que tomou posse**, cujos impactos sejam, nesta data, já visíveis e quantificáveis; ainda, **quais são as medidas que o executivo perspectiva vir a implementar já no curto prazo**; e para terminar, **quais são as medidas que o executivo admite poder vir a adotar numa estratégia, incontornável, de forte contenção de despesa e rigor orçamental, a médio e longo prazo?**

Santa Comba Dão, 28 de fevereiro de 2014.

Pelo Grupo Parlamentar,

Andrea Saldanha



Santa Comba Dão

**7º RELATÓRIO SEMESTRAL DO PLANEAMENTO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO  
MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**

*Anexo Anexo*

*P. 1.º  
aug  
Luis*

A Bancada Parlamentar do PS depois de cuidadosamente analisar o relatório semestral do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) entende e considera da maior pertinência salientar alguns dos factos que nele se encontram plasmados e vertidos de forma muito clara e objetiva mas, acima de tudo, focar e realçar as consequências e impactos negativos que os mesmos já acarretaram, estão a acarretar e, necessariamente, acarretarão nos próximos anos para o concelho de Santa Comba Dão e para os santacombadenses.

Assim, começaria por referir o facto irrefutável de que o Município de Santa Comba Dão partiu para 2009 com uma dívida de curto prazo, de acordo não só com a informação que se infere do relatório do PSF, mas também igualmente evidenciado no Balanço constante na Prestação de Contas de 2008, de sensivelmente 6,8 M€. E se, só por si, este valor pode dizer muito pouco, se o confrontarmos com o limite de endividamento de curto prazo definido para 2008, segundo a LFL, a saber 532.063€, ou seja, 10% das receitas do Município no ano de 2008 (5.320.633€), percebemos que o mesmo é "monstruoso", pois corresponde a mais de 11 vezes o limite fixado por lei. Isto quando, para efeitos da determinação do desequilíbrio conjuntural, bastaria que as dívidas a fornecedores atingissem um valor equivalente a 40% das receitas, ou seja, qualquer coisa como 2,1M€, menos de um terço do que efetivamente se verificava naquela data, 6,8M€

Perante tal cenário e tendo em vista a consolidação daquele passivo foi, então, contratualizado um empréstimo no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro aprovado por esta Assembleia Municipal no início de 2009, no valor de 6,5M€.

O valor do empréstimo foi integralmente arrecadado pelo Município durante o ano de 2009, ainda que em várias tranches, facto que não só está afirmado no relatório do PSF, como se encontra perfeitamente confirmado pela execução orçamental da receita referente ao ano de 2009. Portanto, se perante o exposto não há dúvidas de que o mesmo foi colocado à disposição do Município poderá, contudo, ser pertinente levantar dúvidas sobre a forma como o mesmo foi aplicado.

Assim, e se num 1º momento, poderíamos ser levados a concluir que, a partir de 2009 e com o encaixe integral do empréstimo contratado, o Município de Santa Comba Dão passaria a reunir as condições necessárias para assegurar a consolidação orçamental das contas municipais e, como tal, atingir o equilíbrio e a estabilidade orçamental que legalmente se impõem à gestão autárquica, imediatamente percebemos que tal não se



## Santa Comba Dão

verificou pois, o ano de 2009 termina com uma dívida de curto prazo menor mas que, ainda assim, ascendeu a 4,3M€, ou seja, quase 8 vezes mais do que o limite de endividamento permitido por lei, em 2009, 588.532€.

Então, importa questionar, o que foi feito ao empréstimo do saneamento que deveria ter sido utilizado integralmente, e só, para liquidar a dívida de curto prazo, os tais 6,8M€ registados em final de 2008 e que estiveram na origem da sua aprovação? Será que os 4,3M€ de dívida de curto prazo registados no fim de 2009 eram dívida incluída no PSF, contrariando assim as imposições legais subjacentes à sua aprovação, que obrigavam à liquidação total dessa dívida? Ou será que a dívida incluída no PSF foi integralmente liquidada e o que sucedeu foi a contracção de nova dívida, ainda que os limites de endividamento fixados por lei o não permitissem?

Mais do que a constatação de toda estas desconformidades, o que mais preocupa a Bancada Parlamentar do Partido Socialista, tal como inicialmente referido, são mesmo as dificuldades que com isso se colocam à gestão do atual executivo e, conseqüentemente, os impactos negativos que daí advêm para o concelho de Santa Comba Dão e para a comunidade local. Senão vejamos:

- Com os impostos na taxa máxima, como é o caso do IMI ou da derrama, por exemplo, é muito reduzida e está muito limitada a capacidade de atração de investimento privado e a fixação de novas empresas que introduzam uma maior dinâmica no tecido empresarial local; também os estímulos e incentivos à fixação das famílias, ou até, a vinda de novas famílias para o concelho são, também por esse motivo, ínfimos;
- Ainda as dificuldades e condicionamentos que o Município, fruto do forte desequilíbrio financeiro que apresenta, tem em aceder a projectos co-financiados, uma vez que as taxas de comparticipação embora muito atractivas não dispensam a existência de receitas próprias, o que conseqüentemente, por essa via, retira ao Município de Santa Comba Dão competitividade e dinâmica relativamente aos concelhos vizinhos;
- A reduzida capacidade e limitação que o Município enfrenta quando pretende apoiar o movimento associativo, contribuindo ativamente para estimular e potenciar mais e novas dinâmicas no concelho,
- As dificuldades e impedimentos com que se defronta na atribuição de apoios ou subsídios a famílias carenciadas, seja no âmbito da educação, saúde ou ação social.



**Santa Comba Dão**

Muitas outras dificuldades, limitações ou impactos negativos poderiam ser aqui deixados, como exemplo da dura realidade que o concelho de Santa Comba Dão e os santacombadenses já enfrentam e terão pela frente nos próximos anos.

Santa Comba Dão, 28 de fevereiro de 2014

Pelo Grupo Parlamentar,

(Andrea Saldanha)

6



## PROPOSTA

A poupança de papel é, como bem se sabe, um imperativo categórico do século XXI, não só por questões financeiras/económicas, mas também por motivos de índole ecológica e, conseqüentemente, por questões de sustentabilidade. São hoje conhecidas, em todo o mundo, as conseqüências dos gastos exagerados de papel, nomeadamente os consecutivos abates de árvores e, portanto, a destruição de florestas que são, como bem se sabe, os "pulmões do planeta Terra". Cabe a todos nós, na senda do desenvolvimento sustentável, garantir às gerações vindouras a possibilidade de uma vida com qualidade, pelo que é nossa obrigação poupar os recursos, especialmente os não renováveis.

**É neste âmbito que as TIC's** desempenham um papel fundamental, na medida em que permitem que a informação circule e chegue aos seus destinatários a um custo muito mais baixo para as instituições e para o ambiente.

**Tendo-se constado que algumas das convocatórias enviadas aos Senhores deputados, foram devolvidas, contando-se 5 respeitantes a esta sessão e 3 respeitantes à sessão de Dezembro**

**Considerando que todos devemos contribuir** para o cumprimento do regime de saneamento financeiro ao qual está submetido o Município de Santa Comba Dão, e tendo em conta o acima dito, **proponho** que a convocatória para cada sessão da Assembleia Municipal seja feita por e-mail, continuando, no entanto, a cumprir-se o estatuído no nº 1 do artigo 27º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, servindo a receção do e-mail como enviada por protocolo.

No entanto, caso esta proposta não seja aceite por qualquer deputado, a convocatória seguirá nos termos habituais, bastando para tanto informar a mesa e preencher o respetivo documento.

Atado e selado

Fl.  
no  
1018

**Em conclusão**, o que venho propor é a simplificação de um processo que permitirá contribuir em larga medida para agilizar procedimentos, poupança de meios e recursos, e evita da parte dos senhores deputados a deslocação aos CTT.

Santa Comba Dão, 26 de fevereiro de 2014.

O Primeiro Secretário,

João

